

A formação do cidadão Ateniesne: origem mítica e histórica

The training of the Ateniesne citizen: mythical and historical origin

DOI:10.34117/bjdv7n8-682

Recebimento dos originais: 07/07/2021

Aceitação para publicação: 31/08/2021

Paulo Rogério de Souza

Doutor em Educação

Universidade Estadual de Maringá

paulolucka@gmail.com

Raquel dos Santos Quadros

Doutora em Educação

Universidade Estadual de Maringá

rraquelquadros@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como temática a discussão da origem da cidade de Atenas, na Grécia antiga, e de como se deu formação do cidadão ateniense na cidade-estado de Atenas, através de uma educação que utilizava do conhecimento histórico e de mitologia grega como instrumentos formativos. O objetivo é mostrar como o grego do período clássico (V e IV a.C) tinha no conceito de *autochthon* justificativa para sua origem na terra pátria e, desta forma, reforçavam a sua cidadania ateniense como legítima e inquestionável. A ideia de que eram 'nascido da terra', ou seja, *autochthon* servia para mostrar que eram os legítimos habitantes da Hélade, por isso helenos, e nunca colonos ou invasores. Para isso, buscavam educar o cidadão ateniense através da sua história e da mitologia, que se fundiam através da sua literatura e sua religião mítica. Destaca-se ainda nesta discussão como o grego certificava que a cidade de Atenas tinha sido fundada pelo herói mítico, Teseu, seu *oikites*, e como esta transitou de uma organização estruturada na comunidade familiar do *oikos*, sob o domínio do poder patriarcal e das leis divinas, para uma polis democrática conduzida pelo cidadão e pelas leis escritas, atingindo a condição de cidade grega por excelência no século V a.C.

Palavras-chave: Atenas, cidadão grego, autoctonia, educação, polis.

ABSTRACT

This work has as its theme the discussion of the origin of the city of Athens, in ancient Greece, and of how the Athenian citizen was formed in the city-state of Athens, through an education that used historical knowledge and Greek mythology as training instruments. The objective is to show how the Greek of the classical period (V and IV BC) had in the concept of *autochthon* a justification for its origin in the homeland and, in this way, reinforced its Athenian citizenship as legitimate and unquestionable. The idea that they were 'earth-born', that is, *autochthon* served to show that they were the legitimate inhabitants of Hellas, therefore Hellenes, and never settlers or invaders. For this, they sought to educate the Athenian citizen through their history and mythology, which merged through their literature and their mythical religion. It is also highlighted in this discussion how the Greek certified that the city of Athens had been founded by the

mythical hero, Theseus, his oikites, and how it moved from a structured organization in the family community of oikos, under the rule of patriarchal power and laws divine, for a democratic polis led by the citizen and by written laws, reaching the status of a Greek city par excellence in the 5th century BC

Keywords: Athens, Greek citizen, autochthony, education, polis.

1 INTRODUÇÃO

Dentre as cidades gregas que se destacaram na antiguidade, podemos citar algumas delas que se imortalizaram na história da humanidade, seja Tebas, pelo mito da família dos Labidácidas e sua figura mais icônica, Édipo; seja Esparta, pelo seu espírito guerreiro. Mas é Atenas que se perpetuou por ser considerada a cidade grega por excelência, atingindo seu auge no século V a.C.

É Atenas a cidade dos filósofos, da tragédia, dos poetas, da arquitetura e, principalmente, da democracia. Ainda que esta forma de administrar a cidade não tenha sido criada pelos atenienses, foram esses que a aprimoraram e a elevaram a condição de vida do cidadão.

No entanto, a origem de Atenas, antes de se tornar a cidade grega por excelência seguiu o processo de constituição da maioria das cidades gregas, que passaram por processos de transformações, de comunidades familiares gentílicas até atingir o status de polis, a cidade-estado.

Mas Atenas ainda tem uma particularidade, a sua origem mítica, que se mistura com sua origem histórica. E estas eram tão imbricadas para o cidadão ateniense, na antiguidade, que era quase que impossível destacar a sua excelência política, filosófica, artística e econômica, sem destacar a sua crença no mito da origem divina da cidade de Atenas e o papel de Teseu em sua história, seu herói fundador segundo o mito.

Desta maneira, partindo de uma pesquisa bibliográfica, o trabalho tem como referencial autores clássicos gregos, como: Tucídides, Heródoto, Plutarco, Homero, Eurípides, entre outros, bem como de pesquisadores e estudiosos da Antiguidade grega, como: Jean-Pierre Vernant, Moses Finley, José Ribeiro Ferreira, Claude Mossé, Maria Helena da Rocha Pereira e outros.

O objetivo desse trabalho é mostrar qual a origem da cidade grega de Atenas e seu desenvolvimento histórico até a polis, não apenas no seu processo de transformação social, mas também, destacando a influência do mito na constituição de uma identidade para o cidadão ateniense, passando pela ideia de autoctonia, a origem da comunidade familiar, até o surgimento da polis, no século VIII a.C, e seu conceito de cidadania.

2 A ORIGEM DA HÉLADE

A organização do território que ficou conhecido como Hélade se deu por um processo longo e conflituoso. A denominação de Hélade parece, para Tucídides, que não se refere à totalidade do território, e antes do filho de Deucalião, chamado Heleno, nem sequer os grupos existentes nessa região eram assim designados. Somente quando Heleno e seus filhos cresceram em poder na região e seu auxílio começou a ser requisitado por outras cidades, passaram em consequência a se chamar Helenos (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 3.2). Ainda segundo o historiador, Homero mostra, como sendo os primeiros Helenos, aqueles que acompanhavam Aquiles, apesar de ainda denominá-los como Dânaos, Argivos e Aqueus (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 3.3).

Já na sua *gênesis* as migrações eram constantes devido a vários fatores, como o medo de invasores e da pirataria¹, muito comum nas regiões costeiras, o que dificultava a fixação de um povoamento, levando os habitantes a abandonarem com frequência as instalações. Como aponta Tucídides (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 3.3), neste momento, os “helenos” não denominavam os invasores como bárbaros, pois ainda “não tinham se separado dos outros povos”, desta maneira, ainda não denominavam a si mesmos por um único nome.

Conforme Tucídides, somente no octogésimo ano após a guerra de Troia foi que os Helenos, com a ajuda dos Heraclidas, apoderaram-se do Peloponeso e se fixaram permanentemente na região, nunca mais sendo expulsos (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 12.3-4). Os Helenos passaram a ser caracterizados pelo sangue, pela língua, pela religião e pelos costumes em comum (HERÓDOTO, Histórias, VIII, 144)

Foi quando começaram a se organizar em grupos maiores para se protegerem dos perigos dos invasores e da pirataria que surgiram as cidades. Conforme Rocha Pereira (2012, p. 173), as cidades gregas se caracterizavam da seguinte maneira:

Uma certa extensão territorial, nunca muito grande, continha uma cidade, onde havia o lar com o fogo sagrado, os templos, as repartições dos magistrados

¹ Para Garland (1991, p. 160), na contemporaneidade buscou-se “[...] destacar os vínculos orgânicos que uniam a pirataria a algum dos aspectos das sociedades globais (aos modos de organização política, aos costumes que regem as relações entre Estados, ao funcionamento da economia, e em particular a escravidão)” Apesar de convencional entender a pirataria com manifestação proeminente dos séculos XV e XVI, no seu apogeu, com características negativas e vergonhosas de banditismo e crueldade, na antiguidade, no período homérico, esta prática é vista como um empreendimento de subsistência nada vergonhoso, como apresenta Tucídides (1.5.1): “Os Helenos, em antigos tempos, bem como os Bárbaros que no continente viviam junto à costa, e assim também os que dominavam as ilhas, logo que começaram com maior facilidade a navegar em barcos uns contra os outros, passaram a praticar a pirataria sob o comando de chefes não desprovidos de capacidades, na mira de ganhos próprios e de prestarem ajuda aos aliados mais fracos, assaltando cidades desprovidas de muralhas ou que consistiam em aldeias espalhadas, as quais pilhavam, e desta actividade compunham grande parte do seu modo de viver, visto que esta fonte de rendimento não era objecto de vergonha, mas consigo trazia muito pelo contrário renome glorioso”.

principais, a ágora, onde se efetuavam as transações; e habitualmente, a cidadela, na acrópole. A cidade vivia do seu território e a sua economia era essencialmente agrária. Cada uma tinha a sua constituição própria, de acordo com a qual exercia três espécies de atividade: legislativa, judiciária, administrativa. Não menores eram os deveres para com os deuses, pois a polis assentava em bases religiosas, e as cerimônias do culto eram ao mesmo tempo obrigações civis, desempenhadas pelos magistrados. É neste regime político, que emergira da Idade Obscura, que a Grécia viverá até à época helenística.

No período arcaico, estas se organizaram e passaram a acumular fortunas, promovendo relações comerciais com vizinhos e estrangeiros, possibilitadas pelas navegações que se tornaram menos perigosas. Para uma proteção maior, construíram muralhas para defender a integridade e os bens frente aos inimigos (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 7.1). A condição de segurança e a riqueza acumulada tornaram a Hélade mais poderosa; entretanto, trouxeram também a tirania para as cidades, substituindo o antigo estatuto de “[...] realza hereditária” (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 13.1), no qual o poder seguia uma linha de sucessão familiar. No entanto, Tucídides é enfático a condenar a tirania:

Quanto aos tiranos, onde quer que existissem em cidades helênicas, tão-somente davam atenção aos seus interesses pessoais e a aumentar o poder do seu círculo familiar por meio de medidas de segurança tão grandes quanto podiam, sobretudo na administração das cidades e de tal forma que nada digno de atenção foi feito por eles, a não ser porventura por alguns deles, por alguma razão contra os que lhes eram vizinhos e que com eles se travavam de razões; na Sicília no entanto chegaram eles a ter um enorme poder. Foi por esse motivo que, durante muito tempo, fosse que parte fosse da Hélade se quedou na inércia sem conseguir realizar em conjunto nada de notável, nem as suas cidades levaram a cabo quaisquer feitos que denunciasses coragem (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 17.1).

Assim como o poder patriarcal dera lugar à tirania com a constituição das cidades, os tiranos também perderam a soberania durante o processo de transformação pelo qual essa nova forma de organização social passara ao longo do período arcaico, até se constituir como polis, então “[...] governada por boas leis e sempre livre de tiranos” (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, I, 18.1).

Para Ferreira, a polis surge em meados do século VIII a.C., e é composta por uma povoação de reduzidas dimensões que “[...] bate-se com as realidades materiais e sociais que vai encontrando e transforma-as” (2004, p. 37).

Esse corpo social que se constituía no período clássico com a nova estruturação da cidade-estado possibilitou, segundo Ferreira (2004, p. 75), “[...] ora a instituição da

oligarquia, ora de governos mais ou menos democráticos”. Já Kitto caracteriza a cidade-estado como sendo:

[...] originariamente uma associação local para a segurança comum, se transformou no centro irradiante de actividades morais, intelectuais, estéticas, sociais e práticas, desenvolvendo-as e enriquecendo-as de uma maneira tal como nenhuma outra forma de sociedade tinha feito [...] a cidade-estado foi o meio através do qual os gregos se esforçaram conscientemente por tornarem a vida da comunidade e do indivíduo mais excelente do que tinha sido até aí (1990, p. 17-18).

Dentre as cidades gregas que adotaram a democracia no seu sentido de um governo do povo, onde todos os cidadãos eram iguais perante a lei e tinham igual direito ao uso da palavra, a que mais se destacou política e culturalmente foi Atenas. De acordo com Mossé (1997, p. 5):

[...] existe uma cuja história nos é melhor conhecida e cuja vida nos parece bastante próxima e familiar: Atenas. Podemos nos interrogar acerca do caráter excepcional da documentação ateniense, perguntar-nos se é fruto do acaso ou consequência do relevante papel que, durante quase dois séculos, a cidade dos atenienses foi levada a desempenhar no mundo egeu. Sua realidade se exprime através de uma extraordinária riqueza de documentos de toda a sorte, de uma profusão de textos históricos, literários, filosóficos, jurídicos, de inscrições e de monumentos alegóricos que fazem de Atenas não somente a mais conhecida das cidades gregas, mas a cidade grega por excelência.

É nesse viés, que a cidade de Atenas começa a se destacar e ganhar a relevância que a imortalizou, passando a ser considerada já no século V a.C a cidade grega por excelência, deixando sua história e sua importância permear a cultura ocidente durante e depois da antiguidade.

Mas antes de atingir esse status de uma das mais, se não a mais, importante cidade grega da antiguidade, Atenas passou por um processo de busca supremacia, não apenas bélica, política e econômica, mas também, na sua identidade. Para isso, vai buscar na ideia de autoctonia e, principalmente, no mito grega a sua origem divina, legitimadoras dessa supremacia.

3 A AUTOCTONIA GREGA E A ‘POPULAÇÃO ILUSTRE DE ATENAS’

De acordo com os estudos arqueológicos, com a toponímia e certos mitos, a Ática já era habitada antes mesmo da chegada dos Helenos à península balcânica (MOSSÉ, 1997). Mas essas evidências eram desconhecidas, ou mesmo ignoradas intencionalmente pelos atenienses, que, como lembra Kitto, se consideravam “autóctones” (*autochthones*),

ou seja, “nascidos da terra” (1990, p. 25). No entanto, segundo Miller (1982, p. 13), “[...] o termo autoctonia é moderno, que nunca foi usado pelos gregos antigos: cf. e.g. E. (*Ion*, 8-32), valeu-se do seu similar *autochthon* para falar da “população autoctone da ilustre Atenas”.

Na sua origem, segundo Leão, o termo *autochthon* não carregava esse significado, começando por ser usado para designar um povo que, desde tempos imemoriais, “[...] habitara sempre no mesmo solo” (2010, p. 453), portanto que nunca fora um colono ou invasor.

A preocupação de buscar uma origem na terra pátria ou uma conexão com o solo era uma das garantias do direito de pertencer a uma comunidade. Esta ideia de uma ligação especial à terra com um sentimento congênito de propriedade tem, para Leão (2011), um aspecto importante, pela forma como permite esclarecer certas peculiaridades ligadas à posse da terra. O autor ainda chama a atenção para a interpretação de *autochthon* para o caso específico de Atenas, na qual:

[...] insistem na ideia de que o estatuto de um *polites* de ascendência pura assenta numa ligação primordial, continuada e mesmo congênita entre o cidadão e o solo pátrio, que pode por isso ser visto como ‘terra-mãe’, seja porque alimentou os seus filhos desde o nascimento, seja porque está disposto a recebê-los de volta no seu seio depois de mortos (LEÃO, 2010, p. 458).

O fato de Homero na *Ilíada* (II, 546-548) ligar a origem dos atenienses a Erecteu², descendente de Gaia³ e Hefesto, servia para reforçar ainda mais essa ideia de que seriam eles legítimos “filhos da terra”⁴ da qual nasceram, principalmente por esse solo ter um vínculo direto com as divindades, o que contribuía ainda mais para intensificar o orgulho de pertencer ao território pátrio: Conforme Marx (*apud* ENGELS, 2010, p. 130): “[...] mesmo quando os gregos fazem derivar suas gens da mitologia, nem por isso essas gens deixam de ser mais antigas que a mitologia com deuses e semideuses criados por elas mesmas”.

² Cf. Brandão (1987, p. 150) Erecteu, o mítico rei de Atenas, era filho de Pandíon e Zeuxipa, neto de Ericônio e Praxíteia e bisneto de Hefesto e Gaia.

³ Cf. Brandão (1986, p. 185): “Géia, em grego *Gaia* (Gaia), cuja etimologia é muito discutida, é a Terra, concebida como elemento primordial e deusa cósmica, diferenciando-se assim, teoricamente, de Deméter, a terra cultivada [...] Géia *suporta*, enquanto Urano, o Céu, a *cobre*. Dela nascem todos os seres, porque Géia é mulher e mãe. Suas virtudes básicas são a doçura, a submissão, a firmeza cordata e duradoura, não se podendo omitir a *humildade*, que, etimologicamente, prende-se a *humus*, ‘terra’, de que o *homo*, ‘homem’, que igualmente provém de *humus*, foi modelado. Ela é a virgem penetrada pela charrua e pelo arado, fecundada pela chuva ou pelo sangue, que são o *spérma*, a semente do Céu. Como *matriz*, concebe todos os seres, as fontes, os minerais e os vegetais. Géia simboliza a função materna: é a *Tellus Mater*, a Mãe-Terra”.

⁴ Cf. Êsquilo na *Coéforas* (127-128): “[...] a própria terra que tudo gera, alimenta e reproduz, ouçam minhas preces”.

Nesta perspectiva, poderia ser essa busca por identidade um dos principais motivos que justificaria a necessidade de legitimação de uma conexão com o lugar de nascimento. Como filhos da terra, os atenienses tinham como obrigação defendê-la para preservar a própria existência. Não poderiam aceitar nenhuma forma de submissão a outros senhores ou deuses estrangeiros, já que, segundo Eurípides na peça *Íon*: “o povo autóctone e glorioso de Atenas está isento de sangue estrangeiro” (588-590). Somente eles, nascidos da terra tinham o direito de governá-la e governar os seus.

Para além da crença nessa autoctonia, era também a posse da terra que garantia a união da família no início da formação das comunidades, por ser ela a possibilitar a sobrevivência do agrupamento: “[...] possui, por conseguinte, além da casa consagrada [...] e de toda a terra adjacente consagrada pelo túmulo do antepassado, tudo aquilo de que necessita em matéria de campos, pastagens, vinhas e oliveiras para alimentar tantas bocas” (GLOTZ, 1980, p. 6). A mesma era garantida pelo túmulo do antepassado, pois esta terra era passada dos mortos para os vivos. Enterrar os mortos era uma obrigação sagrada para os seus familiares, como se a volta do corpo do ancestral direto ao solo assegurasse a continuidade do direito a essa propriedade conforme Sófocles na sua peça *Antígona* (70-77).

Assim, essa primeira forma de organização foi estruturada em torno da comunidade familiar, o *oikos*, que possuía as terras onde vivia. Segundo Souza (2007, p. 18); “Os membros dessa comunidade estavam unidos em sua propriedade, que tinha características próprias: a propriedade gentílica era inalienável e indivisível, portanto, não podia ser negociada ou trocada, nem ser dividida”.

A relação próxima destas famílias áticas com a terra pode ser reforçada pela própria ação da aristocracia na origem das primeiras cidades, principalmente com o surgimento do comércio, o qual foi preterido por este setor social por considerá-lo uma atividade indigna ou degradante. Conforme Rostovtzeff (1983, p. 75): “A aristocracia provavelmente se compunha dos descendentes dos conquistadores originais que haviam dividido entre si as terras conquistadas e os servos a elas ligados”. Já segundo Ferreira (2004, p. 46), “[...] para a aristocracia a única fonte de riqueza digna era a terra”. Sobre o assunto, Xenofonte no *Econômico* (VI, 8-10) destaca que:

Concluimos que, para o homem belo e bom, o melhor trabalho e o melhor saber é a agricultura, da qual os homens obtêm aquilo de que precisam. Esse trabalho, penso eu, é o mais fácil de aprender, o mais agradável de ser realizado, torna mais belos e robustos os corpos e ocupa as almas durante tempo mínimo,

deixando-as com lazer para cuidarem dos amigos e da cidade. Pensávamos que a agricultura incita os lavradores a serem corajosos, já que aquilo de que precisam ela faz crescer e nutre fora dos muros. Por isso é também a vida mais nobre em relação à cidade, porque, ao que nos parece, torna os cidadãos melhores e mais bem dispostos para com a comunidade.

Assim, a terra deveria ser a fonte da vida em todos os sentidos, o que levará a aristocracia, no período arcaico, considerar qualquer outra atividade não estivesse diretamente ligada a terra, como o comércio, uma atividade de pessoas que compunham setores menores da sociedade.

4 A COMUNIDADE FAMILIAR GREGA

A comunidade familiar constituía-se a partir de um clã patriarcal, no qual praticamente todos os membros descendiam de um antepassado comum, adoravam o mesmo deus e se reuniam em torno do mesmo fogo sagrado (GLOTZ, 1980). Para Coulanges (2009, p. 34-35),

[...] toda casa de um grego continha um altar, sobre o qual devia haver sempre um pouco de cinzas e de brasas acesas. Era uma obrigação sagrada para o senhor de cada casa conservar o fogo acesso dia e noite, pois esse fogo era algo divino, onde todos na casa prestavam-lhe culto, ofertando-lhe tudo que pudesse ser agradável a um deus.

Desta maneira constata-se que, além da posse da terra, outros vínculos uniam essa comunidade: o laço de sangue segundo Tucídides (História da guerra do Peloponeso, I, 9.2); o poder patriarcal e a religião, segundo Heródoto (Histórias, VIII, 144). Nesta perspectiva Glotz reforça o pensamento de Heródoto destacando poder agregador de união da religião grega:

Foi a religião doméstica o princípio constitutivo da família entendida em sentido lato, ou seja, não só do géno grego como da *gens* romana. A obrigação de honrar o antepassado comum traz consigo a obrigação de assegurar a continuidade da família; ela imprime as regras que presidem ao casamento, ao direito de propriedade e ao direito de sucessão o seu caráter essencial; confere autoridade absoluta ao pai de família, ao mais velho entre aqueles que descendem mais diretamente do ancestral divino; toda a moral acha-se baseada nessa obrigação de honrar o antepassado comum (1980, p. 2).

Apesar da crença na autoctonia por parte dos atenienses, não se sabe ao certo como se deu o surgimento do sistema de organização social denominado *genos*. Apenas que a sua estrutura social tinha como base a propriedade rural, portanto eram *eupátridas*, pois tinha como corpo social formador e dominante a aristocracia dona das grandes

propriedades. Para Glotz (1980), o *genos* era um clã patriarcal ou um “[...] elemento social primário [...]” (p. IX) na Grécia antiga. Já para Jardé (1977), uma comunidade gentílica era um agrupamento primitivo, ou uma família, que compreendia todos aqueles que estavam relacionados como descendentes de um antepassado comum e que possuíam um culto doméstico particular. As comunidades gentílicas se diferenciavam uma das outras, de acordo com Vernant (2002), por possuírem específicas relações de parentesco com o seu grupo.

Na organização social gentílica, o homem grego também se encontrava num estágio de dependência com o laço de sangue, pois tinha dificuldade em entender a sua existência e manter a sua sobrevivência fora da comunidade aristocrática: “A vida, para esse homem, só tinha significado enquanto inserida na coletividade familiar. O homem desse momento tinha apenas uma percepção relativa da sua existência individualizada; não conseguia conceber-se como sujeito isolado da sua comunidade” (SOUZA, 2007, p. 20).

Essa condição de dependência acabava por tornar o homem da comunidade familiar subordinado à coletividade. O individual não existia dentro do *genos* e seus integrantes, salvo o chefe patriarcal, não tinham autonomia para decidir sobre qualquer assunto, ou tomar qualquer decisão. Para Souza (2007, p. 21): “Era essa existência coletiva socialmente determinada no interior da família gentílica que gerava uma consciência baseada na dependência do homem para com todos os seus pares com vista a manter a sobrevivência de todo o clã”.

5 AS ORIGENS DE ATENAS: DO HERÓI MÍTICO AO CIDADÃO DA POLIS

A reunião de algumas dessas famílias gentílicas, ou sinecismo que, segundo Glotz (1980, p. IX), era “[...] era um agrupamento belicoso de clãs para proteção mútua, o que levou ao surgimento da polis grega”, possibilitava a esse grupamento a união pela necessidade de proteção ou subsistência. A subsistência das famílias no período homérico era baseada na agricultura e na manufatura doméstica (ROSTOVTZEFF, 1983). Esta união levou ao surgimento das fratrias – associações de famílias –, e posteriormente de pequenas cidades.

As fratrias eram compostas por um conjunto de pequenos agrupamentos aristocráticos independentes, com assembleias e arcontes próprios e que deliberavam de maneira isolada sobre seus assuntos (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, II, 15.1).

Assim, os *gene*, e posteriormente, as *fratrias*, foram os tipos de organizações sociais que vigoraram na Hélade durante o chamado período homérico; segundo Rostovtzeff (1983), a tradição grega costumava considerar essas famílias aristocráticas de governantes como descendentes de um herói. Para este autor, essas famílias estavam intimamente ligadas, segundo a tradição, aos mitos mais antigos dos deuses e guerreiros registrados na *Iliada* e na *Odisseia*:

O elemento dominante em todas as cidades gregas do período homérico é a aristocracia, corporizada em certas famílias que desempenhavam o papel principal na vida de cada clã. Cada uma dessas famílias traça sua descendência até um único fundador, um deus ou herói; a uma delas pertence o rei que dirige o clã na guerra e na paz (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 60).

Muitas vezes, estas comunidades primitivas que habitavam a Hélade rivalizavam entre si, até mesmo como uma forma de subsistência – pela pilhagem de bens pela pirataria –, ou ainda para impor a supremacia⁵. Estes agrupamentos que eram constituídos por uma ou mais famílias aristocráticas foram unificados, segundo os relatos de Tucídides, por uma personagem mítica, Teseu⁶, “o herói essencial de Atenas”:

[...] quando Teseu se tornou rei, sendo inteligente e poderoso em tudo, organizou o país dissolvendo as assembleias das outras cidades e os seus tribunais e estabelecendo uma única assembleia e tribunal na cidade que agora existe. Assim, formou uma só comunidade e ainda que cada um continuasse a ter as suas coisas, forçou-os a usar como sua esta cidade que, porque todos pagavam um tributo a ela, se tornou uma grande cidade e assim foi legada por Teseu à posteridade (TUCÍDIDES, História da guerra do Peloponeso, II, 15.2).

A origem do nome do herói ateniense Teseu é discutida por Brandão (1987, p. 149) que procura mostrar que:

Teseu (*Theseús*), talvez provenha de um elemento indo-europeu *teu*, ‘ser forte’ > *teues*, ‘força’ > *te(u)s-o* > *tese* > *theso*, isto é, ‘o homem forte por excelência’, que libertou a Grécia de tantos monstros. Quanto à genealogia do herói ateniense, é bastante verificar [...] que o êmulo de Hércules possui em suas veias o sangue divino de três deuses: descende longinquamente de Zeus, está ‘bem mais próximo’ de Hefesto e é filho de Posídon. A árvore genealógica [...] embora um pouco podada, mostra com mais clareza os dois últimos parentescos do fundador mítico da democracia ateniense.

⁵ Cf. Rostovtzeff (1983, p. 75): “A forma de governo na maioria das comunidades não era a monarquia. É provável que a conquista da costa da Anatólia fosse realizada sob o governo de reis, mas a nossa tradição histórica, pelo menos, refere-se quase exclusivamente a uma disputa entre diferentes formas de governo popular, aristocracia, ou governo de poucas famílias ricas e nobres, e democracia, ou o governo de todo o povo”.

Segundo a narrativa de Plutarco em sua obra *Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo* (III, 5-7 e IV, 1),

Diz-se que Egeu, ansioso por ter descendência, recebeu da Pitonisa o famoso oráculo que o aconselhava a não ter relações com mulher alguma antes de chegar a Atenas; no entanto, a ele, não lhe pareceram suficientemente claras estas palavras. Quando chegou às imediações de Trezena, deu a conhecer a Piteu a resposta do deus, conforme a tinha recebido: ‘Tu, que és o mais poderoso dos homens, não soltes o pé que te sai do odre antes de chegar a Atenas’. Não se sabe como Piteu terá entendido estas palavras, mas fosse pela persuasão, fosse pelo engano, levou Egeu a unir-se a Etra. Consumada a união e ao saber que a jovem era a filha de Piteu, por suspeita de que ela estivesse grávida, Egeu deixou a sua espada e as suas sandálias escondidas sob uma enorme pedra que possuía uma cavidade interior, com dimensão suficiente para abrigar estes objectos. Somente a Etra ele contou o que tinha feito e recomendou-lhe que, caso nascesse um filho de ambos e este, ao chegar à idade adulta, fosse capaz de levantar a pedra e retirar o que lá estava escondido, o enviasse à sua presença, na posse daqueles objectos, sem dizer nada a ninguém e, na medida do possível, às ocultas de todos. E que, na verdade, Egeu temia seriamente os Palântidas, que conspiravam contra ele e o desprezavam por não ter descendentes, enquanto que eles eram cinquenta, todos filhos nascidos de Palante. Posto isto, retomou o seu caminho. Etra deu à luz um filho e há quem diga que este logo recebeu o nome de Teseu, devido à forma como foram depositados os sinais de reconhecimento. Outros afirmam que só mais tarde, em Atenas, ele recebeu o seu nome, quando Egeu o adoptou como filho. O menino foi criado sob a protecção de Piteu e teve como mestre e preceptor um homem de nome Cónidas, a quem os Atenienses sacrificam ainda hoje um carneiro, na véspera das festividades em honra de Teseu, recordando-o e venerando-o com muito maior razão de ser do que aquela por que veneram Silânion ou Parrásio, por terem pintado ou esculpido a figura de Teseu.

A reverência do povo ateniense para com o seu herói Teseu estava pautada na crença da sua influência na unificação destas pequenas comunidades dispersas em uma mesma cidade (MOSSÉ, 1997). A sua ascendência paterna, de filho de Egeu, em consonância com Plutarco (*Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo*, III, 1), “[...] remonta a Erecteu e aos primeiros homens autóctones, o que reforça a ideia da autoctonia anteriormente discutida. Por parte de sua mãe, Teseu era um Pelópida⁷, ou um dório⁷. Os dóricos, jônicos e eólicos eram as principais tribos as quais os gregos acreditavam descender:

Pélops foi, de facto, o rei mais poderoso do Peloponeso, não tanto pela sua enorme riqueza como pelo número de filhos. Casou muitas das suas filhas com

⁷ Segundo Funari (2011, p. 18-19): “O mundo micênico desapareceu no século XI a.C., gradativamente, sem que se saiba o que ocorreu. Os palácios deixaram de ser usados, assim como a escrita, até que uma nova civilização, sem palácios, viesse a surgir. Segundo a interpretação tradicional, teria sido a invasão dos dórios, no fim do segundo milênio, que teria feito submergir a Grécia aqueia a partir de 1200 a.C., entre os séculos XII e XI. Os dórios eram grupos guerreiros que iam ocupando cada vez mais espaços (Peloponeso, Creta), partilhavam a terra em lotes iguais e submetiam os povos conquistados à servidão. Uma das conseqüências das invasões dórias teria sido a destruição quase total da civilização micênica. No período de um século, as criações orgulhosas dos arquitetos aqueus, os palácios e as cidadelas, transformaram-se em ruínas. A escrita e todas as criações artísticas da época áurea de Micenas também foram abandonadas. Os dórios se estabeleceram sobretudo no Peloponeso onde introduziram a metalurgia do ferro e a cerâmica com decoração geométrica”

homens da mais alta estirpe e estabeleceu muitos dos seus filhos como governantes das cidades espalhadas pela região. Um deles foi Piteu, avô de Teseu, que fundou Trezena, uma cidade de pequenas dimensões; por si, alcançou fama de ser o homem mais douto e mais sábio de todos os de então (PLUTARCO, *Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo*, III, 2).

Plutarco, como biógrafo, também destaca o papel fundamental de Teseu como o herói tutelar, realizador do *sinecismo* que unificou a Ática (PLUTARCO, *Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo*, II, 2), fortalecendo-a e criando condições para que Atenas, da qual era o *oikistes* (fundador), viesse a se tornar uma das mais importantes e poderosas cidades gregas:

Após a morte de Egeu, concebeu um magnífico e admirável projecto: congregou os habitantes da Ática numa só cidade e declarou um único estado, correspondente a um só povo. Até então a população vivia dispersa pelo território e era difícil reuni-la em função do bem comum a todos os seus elementos. Acontecia mesmo entrarem em dissensões e guerras entre eles. Assim, Teseu foi ter com eles pessoalmente e foi persuadindo comunidade a comunidade, família a família, a fim de a todos conquistar para este seu projecto. Os homens comuns e os pobres depressa acolheram o seu apelo. Aos poderosos propunha-lhes um sistema de governo sem rei e uma democracia que viesse a recorrer à sua própria pessoa apenas como chefe militar e guardião das leis, e que em tudo o resto proporcionasse a todos igualdade de direitos. Uns deixaram-se persuadir; outros, com receio do seu poder, que já era grande, e da sua audácia, entenderam ser preferível anuir a ter de ceder pela força. Teseu mandou então deitar abaixo os *pritanews* e as salas de conselho locais, aboliu as magistraturas de cada comunidade e ergueu um *pritanew* e uma sala de conselho comum a todos no lugar onde hoje se ergue a cidade. Deu a este Estado o nome de Atenas e instituiu as *Panatenias* como festa da comunidade (PLUTARCO, *Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo*, XXIV, 1-4).

A influência da sua atuação como unificador da Ática não era o único motivo para ser reverenciado. Ainda que Teseu tivesse sido, como consideram provável Fialho e Leão (2008, p. 21), “[...] um herói local do espaço rural do noroeste da ática”, ele representava para o povo de Atenas o exemplo mítico do soberano ideal, a expressão do espírito ateniense. Assim, pode ser visto uma das características da civilização grega, já no seu alvorecer, a explorar a educação pelo modelo. A sua figura heroica possuía uma força educativa e passou a ser usado um modelo de cidadão a ser seguido.

Plutarco considerou-o como um dos fundadores da democracia, já que foi o primeiro a renunciar ao título de *basileus* (rei), inclinando-se para um poder da multidão (PLUTARCO, *Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo*, XXIV, 1-3), e também porque procurou diminuir o poder dos *eupátridas* – os nascidos de família aristocrática, ou seja, um representante da aristocracia tradicional –, mostrando uma preocupação com os setores não aristocráticos da comunidade:

Ele não permitiu, no entanto, que a democracia se convertesse em desordem e confusão graças a uma multidão desordenada que invadissem a cidade. Pelo contrário – começou por dividir os cidadãos em Eupátridas, Geomoros e Demiurgos [...] Os Eupátridas pareciam preponderar em dignidade, os Geomoros em utilidade, os Demiurgos em número (PLUTARCO, *Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo*, XXIV, 2).

No entanto, apesar de ser considerado o precursor da democracia, essas ações de limitação do poder da aristocracia detentora de terras em favor de outros setores sociais e a definição do papel social a ser desempenhado por cada um desses setores, assemelhavam-se com as medidas sociais tomadas pelos primeiros tiranos para organização da polis surgente.

Considerando as narrativas de Tucídides e de Plutarco, vale ressaltar a importância de Atenas desde a sua origem, em tempos míticos, como uma cidade significativa para a Ática, tendo participação fundamental para o seu processo de unificação.

Atenas tivera função preponderante na história grega, antes mesmo de atingir a supremacia conquistada nos meados do século V a.C., não apenas no que se refere ao seu destaque político, mas também social, cultural e religioso. Particularmente em Atenas, foi no início do período arcaico que a cidade começou a se estruturar de maneira mais complexa, passando de uma sociedade familiar camponesa e guerreira para uma nova forma de organização, ainda centrada no poder da antiga aristocracia.

A provável origem desta aristocracia está ligada aos descendentes dos conquistadores originais, que haviam dividido entre si as terras conquistadas e os servos a elas ligados (ROSTOVTZEFF, 1983).

Para Finley, após a “Idade das Trevas”⁸, os reis e chefes haviam desaparecido, transferindo o seu poder para pequenos grupos familiares aristocráticos que passaram a monopolizar a condução da comunidade:

[...] em parte por meio de instituições formais, conselhos e magistraturas; em parte, por conexões matrimoniais e de parentesco como um sistema de governo; em parte também pela autoridade intangível que lhes provinha dos antepassados, porque todos inventavam genealogias que os faziam recuar até aos ‘heróis’ famosos (e daí, com frequência, até a um deus) (FINLEY, 1963, p. 31).

⁸ Cf. Funari (2011, p. 20): “Estes séculos são conhecidos como ‘época das trevas’, pois não sabemos bem o que se passou. Tradicionalmente, dizia-se que houve um retrocesso cultural, com o abandono da escrita, mas hoje em dia os estudiosos ressaltam que é justamente essa civilização camponesa e guerreira que irá fundar, depois, a Grécia clássica”.

A influência da religião era importante para a comunidade aristocrática, pois neste momento as leis ainda tinham uma característica divina.

Mas, se as leis surgiram inicialmente, segundo Coulanges (2009), como parte da religião familiar, com as cidades os antigos códigos ainda faziam parte de um conjunto de ritos e prescrições litúrgicas que se confundiam com disposições legislativas: “Em princípio, a lei era imutável, pois era divina. Vale notar que as leis nunca eram ab-rogadas. Podiam, sim, fazer leis novas, mas as antigas persistiam sempre, ainda que houvesse contradição entre elas” (COULANGES, 2009, p. 206).

Nesse processo de transição da comunidade gentílica para a polis, a organização social da Grécia, com destaque para a cidade de Atenas, passou por um processo de mudanças complexas e decisivas para ordenar essa nova estrutura social:

O aparecimento da polis constitui na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. Certamente, no plano intelectual como no domínio das instituições, só no fim alcançará as suas conseqüências; a polis conhecerá etapas múltiplas e formas variadas. Entretanto, desde seu advento, que se pode situar entre os séculos VIII e VII, marca um começo, uma verdadeira invenção; pois a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos (VERNANT, 2002, p. 53).

Ferreira (2004) chama a atenção para a tendência atual de aceitar o surgimento da polis em meados do século VIII a.C. – primeiro na Ásia Menor, e depois espalhada por toda a Hélade. Essa tendência é partilhada por Vernant (2002, p. 53):

[...] a polis conhecerá etapas múltiplas e formas variadas. Entretanto, desde seu advento, que se pode situar entre os séculos VIII e VII, marca um começo, uma verdadeira invenção; pois a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos.

Com o surgimento das *poleis*, a aristocracia passou a limitar o poder político do *basileus* através de um conselho sediado em Atenas, no Areópago⁹ (MOSSÉ, 1997). E foi com a polis que se iniciou o desmembramento das relações estabelecidas pelos laços consanguíneos do *genos* e pelas suas leis divinas. O que até o momento era o elo que mantinha unida a comunidade gentílica – o grau de parentesco (os laços de sangue) e o descendente divino –, deixou então de ser fundamental para os membros da nova organização.

⁹ Cf. Rostovtzeff (1983, p. 100): “Um conselho de anciãos, o principal grupo do Estado para assuntos políticos, religiosos e jurídicos, agia juntamente com os magistrados; chamava-se Areópago, em homenagem à colina onde geralmente se realizavam suas reuniões, e era preenchido pelos representantes das mais nobres famílias e provavelmente por ex-magistrados”.

Desta maneira, o ideal do guerreiro de sangue aristocrático e descendente dos heróis épicos perdera força. Ao mesmo tempo, novos setores, como os comerciantes, passaram a ter em mãos também o poder militar, o que reforçara a sua importância na manutenção da polis, principalmente da polis ateniense, que começa a se destacar das demais.

Com o comércio que nela se expandiu a partir do século VII, a cidade de Atenas se tornava mais complexa em sua composição administrativa, econômica e social, fazendo surgir, não apenas novos setores sociais, mas uma nova forma de condução da vida através da política, do comércio, da filosofia e da Arte. O que levou a cidade de Atenas ser conhecida muito além de sua origem mítica, baseado no mito de seu herói patrono Teseu, mas a se tornar a cidade grega por excelência, no período Clássico (VI e V a.C.).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, pode-se verificar que, a explicação da origem e da supremacia da cidade Atenas, misturava, para o ateniense, aspectos históricos e mitológicos. Para o cidadão da polis não era possível vislumbrar a superioridade da sua cidade sobre as outras cidades-estado da Hélade apenas pelas conquistas no seu processo de desenvolvimento histórico e pela sua força.

O mito de Teseu como o fundador de Atenas e todos os favores dos deuses para sua fundação eram coisas presentes na justificativa do cidadão ateniense, que sabia conviver com suas crenças, ao mesmo tempo que se relacionava com a racionalidade dos filósofos e com a vida política da democracia.

A ideia de autoctonia e o mito de seu herói fundador, Teseu, davam sustentação às glórias alcançadas, quer seja no campo de batalha, quer seja na hegemonia que Atenas acabara por consolidar no período Clássico, ao se desenvolver como uma das mais importantes cidades-estado da Grécia.

Para o cidadão de Atenas, esta era a cidade grega por excelência, não apenas por virtudes e força dos seus cidadãos, mas também, porque as divindades os favoreciam por serem herdeiros legítimos da terra que ocupavam e porque seu patrono Teseu continuava a proteger a sua cidade.

Assim, conclui-se que para entender a origem de Atenas se faz necessário entender, não apenas seus aspectos históricos, mas também é preciso entender seu aspecto mítico, pois é também nele que se sustenta a identidade desta cidade.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, J. de S. *Mitologia Grega – Volume I*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BRANDÃO, J. de S. *Mitologia Grega – Volume III*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- COULANGES, F. de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. Trad: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- ÉSQUILO. *Coéforas*. In: ÉSQUILO. *Oresteia: Agamémnon, Coéforas e Euménides*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 101-172.
- EURÍPIDES. *Íon*. In: EURÍPIDES. *Íon, Alceste, Andrômaca, As Bacantes*. Trad. Manuel de Oliveira Pulquério e Maria Manuela Álvares. Lisboa: Verbo, 1973.
- FERREIRA, J. R. *A Grécia antiga: sociedade e política*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- FIALHO, M. do C.; LEÃO, D. F. *Introdução*. In: PLUTARCO. *Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo*. Trad. Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Coimbra: CECH, 2008.
- FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1963.
- FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- GARLAN, Y. *Guerra e economia na Grécia antiga*. Trad. Cláudio Cesar Santoro. Campinas: Papirus, 1991.
- GLOTZ, G. *A cidade grega*. Trad. Henrique de Araujo Mesquita. São Paulo: Difel, 1980.
- HERÓDOTO. *Histórias*. Intr. e Trad.: Mario da Gama kury. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- HOMERO. *Ilíada – Volume I*. Trad. Haroldo de Campos. 5. ed. São Paulo: Arx, 2008.
- JARDÉ, A. *A Grécia antiga e a vida grega*. São Paulo: E.P.U., 1977.
- KITTO, H. D. F. *Os gregos*. Trad. José Manuel Coutinho e Castro. 3. ed. Coimbra: Arménio Armado Editora, 1990.
- LEÃO, D. F. *Cidadania, autoctonia e posse de terra na Atenas democrática*. *Cadmo – revista de história antiga*. Centro de História da Universidade de Coimbra, v. 20, p. 445-464, 2010.
- LEÃO, D. F. *Autoctonia, filiação legítima e cidadania no Íon de Eurípides*. *HVMANITAS*, n. 63, p. 105-122, 2011.

MILLER, M. J. The Athenian autochthonous heroes from the Classical to the Hellenistic Period. Harvard. Dissert. Polic. 1982.

MOSSÉ, C. Atenas: a história de uma democracia. Trad. João Batista da Costa. 3. ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

PLUTARCO. Vidas Paralelas de Teseu e Rômulo. Trad. Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Coimbra: CECH, 2008.

ROCHA PEREIRA, M. H. da. Estudo de história da cultura clássica, volume I – Cultura Grega. 11. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

ROSTOVTZEFF, M. História da Grécia. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.

SOUZA, P. R. de. O ideal de homem e de sociedade na obra de Sófocles. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2007.

TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso. Trad. Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

VERNANT, J-P. As origens do pensamento grego. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

XENOFONTE. Econômico. Trad. Anna Lima Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.